Nova regra pode afetar operações bancárias

Exigência de biometria facial para manter linhas de celular ativas gera debate

DIVULGAÇÃO/ANATEL



nova regulamentação determina que as operadoras adotem reconhecimento facial com prova de vida para identificar pessoas físicas e microempreendedores individuais

Da **Redação**

A decisão da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) de tornar obrigatória a validação biométrica para usuários de telefonia móvel pode trazer consequências que ultrapassam o setor de telecomunicações. Embora a medida tenha como objetivo combater fraudes, especialistas alertam que eventuais falhas no processo de identificação poderão comprometer o acesso a serviços bancários, transações financeiras e atividades comerciais.

Anunciada em 28 de outubro, a nova regulamentação determina que as operadoras adotem reconhecimento facial com prova de vida para identificar pessoas físicas e microempreendedores individuais (MEIs). A implementação será gradual, com prazo para recadastramento dos atuais usuários até dezembro de 2028. A partir de janeiro de 2029, linhas não regularizadas estarão sujeitas à suspensão e, posteriormente, ao cancelamento.

Para o advogado Bruno Medeiros Durão, fundador da Durão, Almeida & Pontes Advogados Associados, a discussão envolve não apenas a proteção contra fraudes, mas também os impactos econômicos que eventuais interrupções indevidas do serviço poderão provocar.

"O celular deixou de ser apenas um instrumento de comunicação e passou a fazer parte da vida financeira dos brasileiros. Hoje, muitos serviços bancários dependem do número telefônico para autenticar operações e recuperar acessos. Uma suspensão indevida pode dificultar transações, comprometer atividades comerciais e gerar prejuízos ao consumidor", explica Bruno.

A preocupação ganha relevância diante da crescente digitalização dos serviços financeiros. Aplicativos bancários, plataformas de pagamento e sistemas de autenticação frequentemente utilizam números de telefone como parte dos mecanismos de segurança. Embora a suspensão de uma linha não provoque automaticamente o bloqueio de contas ou do Pix, ela pode dificultar o acesso a determinados serviços.

Do ponto de vista jurídico, uma das principais questões envolve a responsabilidade das operadoras caso falhas na identificação biométrica resultem na suspensão indevida de linhas telefônicas.

O Código de Defesa do Consumidor estabelece a responsabilidade dos fornecedores por defeitos na prestação de serviços, observadas as hipóteses legais de exclusão de responsabilidade. Dessa forma, bloqueios indevidos que causem danos comprovados poderão gerar discussões sobre reparação financeira.

"A adoção de novas tecnologias de segurança não afasta a responsabilidade das empresas pela qualidade do serviço prestado. Se houver uma falha no reconhecimento facial que resulte na suspensão indevida da linha e provoque prejuízos demonstráveis, poderá existir fundamento jurídico para exigir reparação. Cada situação, no entanto, precisa ser analisada individualmente", destaca o advogado.

O impacto pode ser especialmente significativo para profissionais autônomos e pequenos empreendedores que utilizam o celular para atendimento, vendas e recebimento de pagamentos. Uma interrupção injustificada pode prejudicar negociações, atrasar operações comerciais e comprometer receitas.

Além disso, a regulamentação prevê mecanismos alternativos de identificação quando o reconhecimento facial não for possível, bem como procedimentos de notificação antes da suspensão de linhas não regularizadas.

Na avaliação de Bruno, a efetividade dessas garantias será fundamental para equilibrar o combate às fraudes com a proteção econômica dos consumidores.

Assédio eleitoral pode provocar restrição de crédito

Da **Redação**

O governo federal e instituições como o Ministério Público do Trabalho (MPT) e o Tribunal Superior do Trabalho (TST) garantiram, nesta quarta (28), que empresas que cometerem assédio eleitoral, incluindo pressão ou demissões por conta de opiniões políticas, serão punidas com o rigor da lei.

Em coletiva de imprensa, o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, disse que o governo estuda a criação de uma "lista suja" de empresas que cometem assédio eleitoral no Brasil, incluindo pressão ou demissão por conta de opção política. Segundo ele, a empresa que cometer essa ilegalidade vai sofrer sanções de restrição de créditos públicos.

Ele informou que uma força-tarefa foi criada para combater esse tipo de violação.

"[O objetivo é] poder, além das providências, ter uma lista que a gente possa mostrar para a sociedade que tem empresas cometendo ilegalidades de eventual crime contra o trabalhador", afirmou.

Marinho explica que a restrição ocorrerá a partir do Banco Central, que informará a rede financeira do país sobre quem violar o princípio democrático de livre escolha dos representantes.

O procurador regional do trabalho Maurício Coentro Pais de Mello destacou que chegaram ao Ministério Público do Trabalho, nos últimos três dias, ao menos 1.140 denúncias de assédio eleitoral, das 3.080 que ocorreram desde o início da campanha.

"Isso mostra exatamente que quase 30% das denúncias ocorreram pós-processo eleitoral. Isso é uma preocupação muito grande".

LULA MARQUES/ AGÊNCIA BRASIL.



MPT recebeu 1.140 denúncias nos últimos três dias

Luiz Marinho disse que não se pode aceitar que um trabalhador seja pressionado e vitimado por demissão ou por não contratação. "Nós não estamos falando de coloração A ou B. O trabalhador tem o direito democrático garantido na nossa Constituição de ter o direito à sua opção política".

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, destacou que estão sendo atingidos trabalhadores assalariados e profissionais autônomos que divulgam seu trabalho por redes sociais e estabelecimentos comerciais de pequenos portes ou propriedades que manifestaram sua posição política.

"É preciso que o recado seja dado com muita clareza. A resposta para aqueles que praticaram a ilegalidade será dura e rápida, será ágil. E mais: esses empregadores que, infelizmente, tiveram essa conduta, se preocupem. Porque o risco econômico que estão assumindo é muito grande".

Luiz Marinho destacou que a eleição teve o maior volume desse tipo de problemas relacionados ao assédio e violência eleitoral.